

A NARRATIVA COLONIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO AMAPÁ

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-232>

Data de submissão: 19/10/2024

Data de publicação: 19/11/2024

Marília Gabriela Silva Lobato

Doutora em Ciências: Desenvolvimento socioambiental
Universidade Federal do Amapá

Waldecy Rodrigues

Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Tocantins

François Laurent

Doutor em Hidrologia
Universidade Le Mans (França)

RESUMO

Na Amazônia, a persistência de um projeto colonial, que desencadeou a apropriação do território para implantação de usinas hidrelétricas, vem reproduzindo danos e desastres e causando, há décadas, uma série de conflitos socioambientais. Nessa ótica, o objetivo deste artigo é analisar a dinâmica da implantação de medidas de mitigação e compensação, como instrumento de Política Ambiental, em comunidades de pescadores artesanais e agricultores familiares da Amazônia brasileira, especificamente do Estado do Amapá, as quais estão sujeitas aos desastres ocasionados por hidrelétricas no rio Araguari. Na conjuntura, mesmo diante da persistência de danos e desastres sociais e ambientais, há o discurso de inevitabilidade das usinas hidrelétricas, sob a alegação de que as consequências podem ser mitigadas ou compensadas. No entanto, tendo como orientação a Epistemologia Decolonial, após análise documental de Planos Decenais de Expansão de Energia (2006-2021), ações civis públicas, TACs e entrevistas, que compreendem informações coletadas entre pescadores e agricultores familiares do rio Araguari, Estado do Amapá, constatou-se que a efetivação de medidas mitigatórias e compensatórias demonstrou-se ilusória. A partir de uma pesquisa participativa, foi possível observar a desestruturação de um ambiente que era a base para a sobrevivência de comunidades seculares. Diante disso, faz-se necessário romper com essa racionalidade excludente e desigual por meio de movimentos de resistência e enveredar por uma desobediência epistemológica necessária para o enfrentamento das relações de dominação e de poder presentes nos projetos capitalistas, a exemplos das usinas hidrelétricas.

Palavras-chave: Hidrelétricas, Políticas Ambientais, Desenvolvimento, Rio Araguari.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica do planejamento energético brasileiro inicia com os planos governamentais para a expansão de energia, que são estruturados a partir de um projeto político adotado pelo governo brasileiro e efetivado nos Estados. A Amazônia brasileira apresenta consequências devastadoras desse projeto. Nesse sentido, este trabalho se propõe a averiguar uma das faces das Amazônias ao analisar a dinâmica da implantação de medidas de mitigação e compensação, como instrumento de Política Ambiental, em comunidades de pescadores artesanais e agricultores familiares da Amazônia brasileira, especificamente do Estado do Amapá, as quais estão sujeitas aos desastres ocasionados por hidrelétricas no rio Araguari.

A implantação das Usinas Hidrelétricas (UHEs) no Amapá ocorreu na década de 1950, no período em que esse Estado ainda era Território, por meio da Lei nº 2.740, de 02 de maio de 1956, para atender ao crescimento industrial. Logo após a implantação da Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) para explorar manganês no Amapá, houve o planejamento para a instalação de uma hidrelétrica que pudesse assistir a ICOMI. Grande parte do valor empregado para a construção da usina foi derivada de *royalties* da mineradora. A hidrelétrica de Coaracy Nunes foi projetada em um momento histórico em que o governo do país divulgava as infraestruturas para os grandes projetos, vistos como sustentáculos para o progresso.

Quando se reinicia o processo de redemocratização, em 1985, a Eletronorte dá continuidade ao planejamento da ampliação do parque energético no Estado do Amapá. Nesse período, a Eletronorte divulgou que havia uma previsão para iniciar não somente o inventário da bacia do rio Araguari, mas também o do rio Jari (Arquivo nacional, 1985). Entretanto, apenas em 1999 é divulgado o inventário da bacia do rio Araguari (Aneel, 1999).

Os procedimentos subsequentes para dar início às tratativas junto à ANEEL, quanto aos documentos para ampliação do parque energético do Araguari, tiveram processo acelerado a partir do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. Após o estabelecimento dos três eixos que orientaram as políticas para o crescimento econômico, a saber, infraestrutura de logística, energia e infraestrutura social e urbana, vários investimentos foram realizados. Há que se considerar que, desde o planejamento dos inventários até o início da emissão da licença prévia da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão e da Ferreira Gomes e Energia, decorreram treze e onze anos, respectivamente.

Com a Licença de Operação concedida em 2014 para a Ferreira Gomes e Energia e, em 2015, para a UHE Cachoeira Caldeirão, o cotidiano de comunidades locais cuja reprodução social está baseada na pesca e agricultura foi desconstruído em razão da existência das hidrelétricas. As usinas foram licenciadas após o cumprimento burocrático dos estudos ambientais, sob a justificativa de que

as compensações seriam enquadradas em um conjunto de condicionantes, os quais foram identificados nos estudos (EIA) e relatórios de impacto ambiental (RIMA) e detalhados no plano básico ambiental.

Esse contexto é inerente a uma dinâmica eurocêntrica, como um “mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, conseqüentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas” (Quijano, 2010, p. 7). É na conjuntura da reprodução desse mesmo padrão que, após o licenciamento das hidrelétricas, é necessária intensa e contínua luta social para exigir o cumprimento das condicionantes.

As lutas por equidade social e ambiental antecedem, sobremaneira, a institucionalização de políticas ambientais que estabeleceram variáveis técnicas para elaborar os estudos ambientais de cada empreendimento poluidor. Mesmo com a institucionalização de todos os procedimentos legais, como o EIA e o RIMA, a aplicação de medidas que previnam ou que minimizem os danos demonstram, em alguns casos, ineficiência e, em sua maioria, mera formalização burocrática.

Nesse cenário, para analisar a dinâmica da implantação de medidas de mitigação e compensação como instrumento de Política Ambiental¹, o aporte epistemológico teve uma orientação decolonial, entre outros autores: Escobar (2005), Quijano (2010) e Mignolo (2017), em consonância com a Ecologia Política. Foram analisados Planos Decenais de Expansão de Energia, Plano Diretor do município de Ferreira Gomes, ações civis públicas e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), uma vez que representam as ações e o discurso do Estado sobre a dinâmica energética do país. Além disso, foram entrevistados, no período de 2019 a 2022, pescadores artesanais e agricultores familiares dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, localizados no Estado do Amapá, que participaram ativamente dos movimentos organizados em benefício das comunidades atingidas pelas UHEs Ferreira Gomes e Energia e Cachoeira Caldeirão.

2 O DISCURSO GOVERNAMENTAL NOS PLANOS DECENAIS DE EXPANSÃO DE ENERGIA

Nos Planos Decenais de Expansão de Energia (PDEs) analisados, o conceito de “sustentabilidade” é utilizado como categoria para estabelecer estratégias de reafirmação de que a dimensão socioambiental estaria sendo atendida nos pré-requisitos mencionados nos acordos nacionais e internacionais de proteção do meio ambiente. Porém, sustentabilidade, de acordo com o Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente na Suíça, é elemento essencial para caracterizar a produção

¹ Este trabalho apresenta derivações da tese de doutorado da primeira autora.

de energia de um país. No caso do Brasil, o fato de a matriz energética ser baseada na hidroeletricidade construiu o imaginário de uma produção energética fundamentada no desenvolvimento sustentável.

Essa alegação está relacionada com a emissão de gases que provocam o efeito estufa, principalmente porque o Brasil possui sua matriz de energia com fontes renováveis, com baixo índice de poluição, quando comparado a outros países. No entanto, a construção de hidrelétricas está associada a uma grande soma de ações judiciais que informam os danos socioambientais causados pelos empreendimentos.

As medidas de mitigação, ou mesmo as compensações relacionadas à submersão de territórios, que afetam moradores, edificações, cultivos, fauna e flora e provocam alterações na hidrologia do lugar e expropriação de populações tradicionais e de povos originários, não são inseridas nos PDEs com a mesma atenção que as emissões de gases de efeito estufa recebem.

Os diferentes governos do Brasil, durante a elaboração dos PDEs, relacionam, de maneira insuficiente, o conceito sustentabilidade aos desastres que ocorrem após a concretização das políticas energéticas e reiteram aspectos puramente econômicos para construir a representação do imaginário do desenvolvimento sustentável no contexto das hidrelétricas, reforçando indicadores de mercado para o início dos estudos energéticos. Essa concepção reflete a própria estrutura do modelo capitalista, que negligencia aspectos sociais e culturais em detrimento das relações de mercado. Tal lógica representa estratégias ideológico-simbólicas ocidentais (Mignolo, 2017), ao criar mecanismos de apagamento de uma cultura autointitulada mais moderna que busca sobreposição em relação a outra.

Os desastres que derivam desses empreendimentos, em diversos territórios atingidos, mesmo após essa série de planejamentos para atendimentos aos prazos regimentados em diferentes esferas institucionais, foram densamente analisados em pesquisas que tematizaram o assunto (Nascimento, 2017; Fearnside, 1999). As averiguações demonstraram que as análises socioambientais, estabelecidas a partir de critérios antissociais (como a busca constante por atendimento a prazos), reduzem a visibilidade das pessoas prejudicadas e criam arranjos institucionais para dar celeridade aos empreendimentos hidrelétricos.

Os principais aspectos que envolvem os estudos socioambientais dos PDEs correspondem ao estabelecimento de alternativas da expansão do sistema eletroenergético e aos tipos de planejamento para tomada de decisão. Isso abrange todas as fases para a adequação aos documentos obrigatórios para cumprir os prazos relacionados à liberação do empreendimento, no âmbito da viabilidade, instalação ou operação. Para isso, nesse caso, os estudos socioambientais compreendem os projetos de geração e de transmissão; além disso, utilizam indicadores como critérios básicos.

Esse processo, que concerne à aceleração de procedimentos relacionados aos licenciamentos, é mencionado nos demais níveis da avaliação processual. No nível intermediário, em que está com concessões aprovadas, o empreendimento deve “realizar o ágil atendimento a eventuais complementações solicitadas pelos órgãos ambientais”, além disso, deve “promover e valorizar o relacionamento com as comunidades, tanto no sentido de informá-las sobre o empreendimento, quanto para facilitar os processos de negociação que poderão levar à celebração de acordos sociais” (BRASIL, 2009, p. 380).

No nível de ação Alto, as concessionárias deveriam identificar as pendências no processo de licenciamento e ser capazes de solucioná-las “em tempo hábil para assegurar sua implementação nos prazos adequados”, mas desde que existam gestões da empresa junto aos “órgãos/entidades envolvidos com as questões e pendências para, com base nos resultados da revisão, propor, por exemplo, Termos de Compromisso (TAC) que atendam os interesses das partes envolvidas e **garantam a continuidade do projeto/empreendimento.**” (BRASIL, 2009, p. 381, grifo nosso). No exemplo demonstrado no Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016, o TAC também é utilizado como instrumento jurídico durante o processo de implantação de UHEs, para garantir que os trâmites institucionais sejam acelerados. Esse processo, que concerne à aceleração de procedimentos relacionados aos licenciamentos, é mencionado nos demais níveis da avaliação processual:

[as] etapas de estudo e planejamento da oferta de energia elétrica, tem se procurado conhecer e minimizar impactos, por meio da investigação da bacia hidrográfica e sua interação com as UHE existentes e planejadas (Inventários e estudos de Avaliação Ambiental Integrada – AAI), bem como [...] **na etapa de viabilidade quando são geradas informações fundamentais para subsidiar a elaboração dos projetos e a concepção de seus programas ambientais**, no âmbito dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (BRASIL, 2010, p. 298, grifo nosso).

Mesmo utilizando uma base de estudos em fase de viabilidade, o discurso do planejamento dos PDEs afirma que as questões socioambientais estão relacionadas à categoria sustentabilidade, a qual, segundo o PDE 2020, apresenta aspectos relativos “à capacidade de suporte à conservação da base de recursos naturais, à qualidade ambiental, ao desenvolvimento econômico sustentado e à justiça social” (BRASIL, 2011, p. 256). A dissonância presente nesse discurso envolve vários elementos, uma vez que, ao desestruturar o caráter histórico de culturas ribeirinhas, comunidades de pescadores, agricultores e populações indígenas, cujo valor imaterial é incontestável, o próprio sentido de justiça social é desconstruído.

Além disso, o desenvolvimento econômico ao qual se refere o fragmento está relacionado à intencionalidade do governo brasileiro quanto ao uso do território para obtenção de energia elétrica, visto que há um discurso “de que a energia produzida é considerada um bem comum necessário para

o desenvolvimento da sociedade”; porém, “a energia é vendida ao mercado, beneficiando assim, grupos específicos e, sobretudo, empresas privadas” (Laschefski, 2011, p. 40). Em relação à ruptura de territorialidades e identidades devido ao uso mercadológico do território, o conceito “desenvolvimento” não se aplica, principalmente quando a mudança prejudica o uso tradicional do rio.

3 A RACIONALIDADE COLONIAL DAS UHEs NO AMAPÁ: AS CONTRADIÇÕES ENTRE O DITO E O VIVIDO

A produção do espaço do rio Araguari utilizado pelas comunidades ribeirinhas é elemento fundamental para a subsistência de um coletivo de comunitários relacionados à pesca artesanal e ao extrativismo vegetal. No vale do rio Araguari, principalmente na porção que compreende os municípios Ferreira Gomes, Porto Grande, Cutias e Tartarugalzinho, “a atividade com maior representatividade econômica é a agricultura familiar, intimamente ligada à produção e ao extrativismo de produtos florestais para própria alimentação” (IEPA, 2020, p. 13). Nesse local, grande parte das famílias ribeirinhas possui açazais nativos para subsistência familiar.

Anterior à implantação das usinas hidrelétricas Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes e Energia, no curso médio do rio Araguari² (parte dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande), a atividade de pesca contribuía, sobremaneira, para a manutenção socioeconômica de comunidades locais. Nesses dois municípios, as colônias de pescadores são representantes da organização social coletiva desses trabalhadores, porém, não concentram a totalidade dos pescadores que também praticam de maneira individual a pesca artesanal para subsistência familiar.

Em Ferreira Gomes, há a colônia Z-7, fundada em 03 de julho de 2004, e, em Porto Grande, há a colônia Z-16, fundada em 28 de março de 2002, ambas cadastradas na Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá. Dezenas de pescadores da colônia Z-16 e parte da população local desenvolvem a pesca artesanal como mecanismo de sobrevivência.

A pesca artesanal é, então, central ao modo de vida dessas comunidades, não se caracteriza como atividade produtiva de grande impacto para a economia municipal, mas é importante para a soberania alimentar dos agricultores e das populações urbanas, indispensável para a saúde das comunidades. Em Porto Grande, por exemplo, o pescado originado da atividade artesanal possuía um destino certo: “o comércio local”, pois era vendido “nas esquinas da cidade ou em carrinhos de mão ou bicicletas” (Lima *et al.*, 2021, p. 12482). Em uma comunidade ribeirinha do rio Araguari,

² A divisão entre baixo, médio e alto Araguari é uma representação para identificar diferentes espaços do curso d’água da bacia do rio Araguari, que nasce na serra do Tumucumaque (alto Araguari) e deságua no Oceano Atlântico.

assentamento do INCRA, a Pescadora B narrou: “a gente tirava 80% do nosso mantimento do Igarapé e até a água nós tomava do Igarapé” (Informação verbal)³.

No baixo Araguari⁴, no município de Ferreira Gomes, a “atividade de pesca”, as “atividades extrativistas” e “agropecuárias tradicionais” eram, em 2014, a fonte de renda de 90 famílias, aproximadamente 400 pessoas (Silva; Alves; Portilho, 2016, p. 18). Nesse município, as famílias da comunidade São Tomé, por exemplo, possuíam sua subsistência enraizada nos recursos que compreendiam o território correspondente ao rio Araguari.

Comunidades que viviam na parte sul da Floresta Nacional (FLONA) do Amapá, em trechos que compreendiam os rios Araguari e Falsino, apresentavam ocupações tipicamente ribeirinhas. Nelas, a economia de subsistência era base para a renda familiar, pois essas comunidades desenvolviam a pesca, a caça e a agricultura de coivara, além da frequente produção de farinha de mandioca. No alto e no médio Araguari,

a principal atividade exercida pelos moradores é a agricultura e/ou pesca (94%), havendo também os casos de pessoas que trabalham como barqueiros e caseiros, 3% cada. No caso dos agricultores [...] a maioria planta para o próprio consumo, sendo a farinha de mandioca o único produto que normalmente é comercializado por alguns moradores. A principal finalidade da pesca também é a subsistência [...] (Fernandes, 2014, p. 34-35).

Já em São Tomé, o principal produto comercializado era o açaí, apresentando uma “produção média estimada de 2083,3 kg/ano, em seguida a bacabeira com produção média de frutos estimada em 567,5 kg/ano, o piquizeiro com produção média estimada em 105 kg/ano, a andirobeira com produção média de 40 kg/ano e o breu com produção média de 30 kg/ano.” (Santos *et al.*, 2015, p. 45).

A rica diversidade de recursos naturais era fundamental para a reprodução social de seus moradores e para a alimentação das populações urbanas e de outras comunidades locais do município. Em 2015, a “A comunidade São Tomé” era “a segunda mais importante do município de Ferreira Gomes com significativa produção extrativista” (SANTOS *et al.*, 2015, p. 42). Porém, “os extrativistas não apresentaram boas perspectivas com relação ao seu futuro, em função da retirada dos comunitários de suas propriedades pela construção da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão” (Santos *et al.*, 2015, p. 45).

A relação de pertencimento que essas comunidades constroem com o lugar de sua ancestralidade está enraizada em um sistema local de práticas diversas, que é base para as atividades produtivas locais diversificadas, mas também que transcendem os aspectos materiais e representam o compartilhamento dos saberes entre gerações. A valorização da natureza é elemento essencial que

³ Entrevista realizada com uma pescadora no município de Porto Grande-AP, em 18 de fevereiro de 2021.

⁴ “Está localizada na porção baixa da Bacia homônima, na altura da sede municipal de Ferreira Gomes e se estendendo até a fronteira com o município de Cutias do Araguari” (Silva; Alves; Portilho, 2016, p. 18).

sustenta os sistemas locais de subsistência, como as atividades produtivas de São Tomé, diferente do modo de produção eminentemente capitalista, modelo em que as hidrelétricas são baseadas, que visa utilizar quaisquer meios, recursos naturais e pessoas em prol de sua autorreprodução. Posso inferir que talvez essa dissonância represente um dos elementos que demonstra a inquietude dos agricultores em permanecer em São Tomé (Santos *et al.*, 2015). O trecho a seguir, extraído do RIMA da usina Cachoeira Caldeirão, revela essa percepção apontada anteriormente:

Os agricultores familiares ribeirinhos do Araguari, que já constituíram a totalidade dos moradores do rio no passado, estão sendo lentamente substituídos por outras atividades. **Resiste, ainda, uma população composta, em sua maioria, por idosos**, que vivem em casas de madeira, quase sempre sem energia elétrica, e sobrevivem da agricultura, da criação de animais, da coleta e da pesca de subsistência (ECOTUMUCUMAQUE, 2011, p. 49, grifo nosso).

A tentativa de construir um discurso que busca desvalorizar os agricultores locais, reduzindo sua importância no cenário econômico e na produção do território, expressa não somente a reduzida compreensão dos pesquisadores que elaboram o RIMA sobre a realidade local, conforme explicitado no trecho destacado anteriormente, assim como é reflexo de uma lógica capitalista. Para os agentes do capital, não há outra forma de economia que não o capitalismo, as demais deveriam ter suas formas de existências compelidas para as estruturas capitalistas, sob pena de extermínio. A naturalização dessa racionalidade moderna representa esse padrão de poder que insere as experiências de cada indivíduo dentro de um cenário colonial e capitalista (Quijano, 2010).

Esse mesmo imaginário de interpretação da realidade esteve nas bases da elaboração do Plano Diretor dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, documento elaborado em referência a uma das condicionantes e ao Programa 33 do Plano Básico Ambiental (PBA) da UHE Ferreira Gomes.

O Plano Diretor estabelece que os terrenos agrícolas e pecuários são deficientes, tendo em vista que a “baixa produtividade dos estabelecimentos agropecuários de pequeno porte e de propriedade individual e inexistência de estímulo à instalação de pequenas indústrias no município, fazem com que haja uma espécie de estagnação no desenvolvimento econômico” (FERREIRA GOMES, 2013, p. 220). O documento relaciona a agricultura familiar a um indicador capitalista de mensuração – produtividade – e associa a reduzida implantação de indústrias aos entraves econômicos municipais. Essa manifestação ideológica, na realidade, traduz um pensamento eurocêntrico, que está dissonante da realidade do lugar (Mignolo, 2017).

Ao conceituar a produção agrícola do município como deficiente, sem realizar as análises sobre o cotidiano dessas comunidades, o RIMA e o Plano Diretor do município relacionam um conceito ocidental de desenvolvimento a toda uma realidade heterogênea. As atividades de subsistência que

envolvem a agricultura familiar indicam potencialidades humanas em uma economia com características solidárias, diferente das determinações que o capital impõe. Porém, a construção do Plano Diretor corrobora o paradigma colonial de desenvolvimento, que expropria as comunidades do seu modo de vida e projeta subsídios para o avanço do capital.

Mesmo diante dessa interpretação mítica da produção capitalista, construída com base na pretensão de ser universal, as economias alternativas, como as de subsistência, permanecem sobrevivendo e resistindo às tentativas de destruição (Lobato, 2021). Essas alternativas podem representar os modelos locais de economia, que são diferentes dos modelos modernos de acumulação capitalista. As análises de Escobar (2005) sobre o pós-desenvolvimento incluem, exatamente, esse contexto de sistemas locais de práticas e culturas que são representativas de uma economia que demonstra que o capitalismo não é a única maneira de mercado, como a economia clássica e liberal prega. Dessa forma,

as economias das comunidades baseiam-se no lugar (mesmo que não amarrados-ao-lugar, porque participam de mercados translocais), e frequentemente mantêm um espaço comum que consiste em terra, recursos materiais, conhecimento, ancestrais, espíritos, etcetera (Gudeman; Rivera, 1990; Gudeman, 1996 *apud* Escobar, 2005, p. 79).

É nesse sentido que o rio Araguari representa o lugar das territorialidades ribeirinhas, a cultura agrícola, a sobrevivência do pescador artesanal e o meio para alcançar as atividades produtivas de uma diversidade de atores locais. Para a Pescadora A, “teve a mortandade de peixe e o rio ficou todo poluído [...]. E o peixe foi ficando escasso” (Informação verbal)⁵. Esses danos são permanentes, a modificação ecológica provocada na fauna é irreparável, visto que, conseqüentemente, altera a condição de trabalho, conforme relato da mesma informante (Pescadora B): “você coloca 200 metros de malhadeira para você pegar 4, 5 peixes. Antes da EDP [UHE Cachoeira Caldeirão] era maravilhoso. Podia nadar, pescar, colocar malhadeira e pegar peixe, hoje em dia não é possível fazer isso” (Informação verbal)⁶.

A pesca desempenhava uma atividade que envolvia uma das principais bases de sustento dessas comunidades. Segundo o Pescador C, “tinha muita fartura [abundância] de peixe no Araguari, pescava muito pirarucu de anzol, todo mundo via cardumes de pirarucu na frente da cidade [Ferreira Gomes], mas agora não se vê nada, foi acabando o peixe, secando o rio” (Informação verbal)⁷.

A devastação do ambiente social e ambiental do rio Araguari é retratada na narrativa dos pescadores e agricultores. Um dos comunitários participantes (Pescador D) informou que, “nas audiências [sobre a implantação das UHEs], eles diziam que ia ter escolas para os nossos filhos, vai

⁵Entrevista realizada com uma pescadora no município de Ferreira Gomes- AP, em janeiro de 2019.

⁶Entrevista realizada com uma pescadora no município de Ferreira Gomes- AP, em janeiro de 2019.

⁷Entrevista realizada com um pescador do município de Ferreira Gomes, em janeiro de 2019.

ter emprego e muitos acreditaram” (Informação verbal). Dessa forma, o discurso ilusório impregnado no planejamento energético representa uma prática que altera a dinâmica de renda, bem como as condições de trabalho e de sobrevivência. Nesse cenário, Pescador D faz a seguinte afirmação:

Eu pesco hoje de 15 em 15 dias e antes conseguia pescar de segunda a sexta no rio Araguari. Hoje o pescado vendido em Ferreira Gomes é quase todo de fora, de Mato Grosso. Antes da usina Ferreira Gomes e Energia dava Cardume de Pirarucu e a gente pescava de anzol, mas isso não existe mais (Informação verbal)⁸.

Em depoimento semelhante, uma agricultora familiar que também participou da pesquisa narrou episódios correlatos:

tentei tirar a macaxeira que era de onde tirava o sustento para fazer farinha, mas não salvou nada porque o rio subiu rápido demais. Agora minhas plantas estão todas no fundo lá... muito limão, muito mesmo, ta caindo os limões. É um desespero, chorei, chorei, nunca aconteceu isso com nós (Informação verbal)⁹.

O cenário de perpetuação de danos e completa desestruturação da economia local dos pescadores artesanais e das formas de sobrevivência não é elemento inserido nas medidas de mitigação e compensação. Nos moldes da racionalidade colonial que planejou a expansão de energia e o Plano Diretor de Ferreira Gomes, em vez de ocorrer a valorização da economia do lugar, como Escobar (2005) propõe, há um discurso de monetização da cultura e do modo de vida, como se representassem desafios a serem superados.

Essas modificações na condição de vida e a desestrutura socioambiental provocadas pelas UHEs foram identificadas em algumas pesquisas realizadas no Amapá (Silva; Lima; Marinho, 2018; Corrêa, 2018; Lobato, 2021), as quais mencionam o reflexo dos impactos causados pelos atuais empreendimentos hidrelétricos do Araguari. Os estudos retrataram mudanças sociais, territoriais e econômicas para a população diretamente afetada pelas usinas. Corrêa (2018) realizou trabalho significativo quanto à exposição de elementos documentais, no que tange ao complexo hidrelétrico do Araguari.

A utilização do rio Araguari como mercadoria pelas usinas hidrelétricas suscita um conjunto de ações contrárias a esses interesses. As resistências locais se constituíram como organização coletiva (Figura 1) após a continuidade dos desastres socioambientais e da violação dos direitos da população atingida. Além disso, demonstraram um esforço estratégico e político para desestabilizar a hegemonia colonial que as hidrelétricas representam:

⁸Entrevista realizada com um pescador do município de Ferreira Gomes, em janeiro de 2019.

⁹Entrevista realizada com agricultora ribeirinha do município de Porto Grande, em abril de 2022.

Figura 1 – Manifestação de pescadoras, pescadores, agricultoras e agricultores atingidos pela UHE Cachoeira Caldeirão em frente ao Fórum do Município de Porto Grande, Amapá (2021)



Fonte: Lobato, 2021, p. 246.

Durante o ato público, os manifestantes cobravam, uma vez que já havia decorrido o período de quatro anos, uma resposta judicial sobre a continuidade da mortandade de peixes no rio Araguari; além disso, denunciavam a falta de cumprimento dos TACs, assinados no caso da mortandade de peixes atribuída à Ferreira Gomes e Energia, dado que, após o Laudo de Vistoria Ambiental nº 01/2015 (IMAP, 2015), o instituto emitiu auto de infração contra essa UHE por provocar danos ao meio ambiente, os quais culminaram em morte de fauna aquática.

Após essa ação, seguiram-se nove audiências entre representantes do Ministério Público e responsáveis pela usina, com a finalidade de elaborar uma lista nominando os pescadores atingidos. Entretanto, “depois de entregue a listagem nos moldes conforme exigido pela empresa, esta os iludiu sobre o pagamento em indenização mensal, bem como a este Parque que a todo tempo confiou na palavra de seus representantes” (MPAP, 2016, p. 3).

Ante o exposto, percebe-se que os TACs representam de fato a flexibilização do licenciamento, utilizada como instrumento para que grupos com interesses privados organizem todo um conjunto de estratégias e de artifícios legais para descumprir as regulações estabelecidas por órgãos fiscalizadores, assim como as condicionantes.

As medidas de mitigação e compensação, como instrumentos de Política Ambiental, na realidade, reforçam a persistência dos danos sociais, mesmo diante do estabelecimento de condicionantes. Esse contexto reflete o pensamento eurocêntrico, de fixar um imaginário de superioridade em relação às hidrelétricas, engendrado por intermédio do mito da modernidade e do desenvolvimento presente nos PDEs, que nega a valorização de saberes locais em nome dessa racionalidade moderna e totalitária, que é o alicerce para a implantação das usinas hidrelétricas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso impregnado em cada plano decenal de expansão de energia, no que concerne a medidas de mitigação e de compensação, representa um paradigma colonial que visa monetizar os prejuízos e as perdas históricas, culturais, ambientais e sociais. As escalas de análise dos PDEs, entre os aspectos político-econômicos e os estudos socioambientais (nacionais), apresentam uma zona abissal de diferença quando se considera a distribuição desigual dos riscos (locais) que as usinas hidrelétricas provocam.

O discurso que o Estado utiliza nos PDEs argumenta que as usinas poderiam trazer qualidade de vida e bem-estar para a população. Entretanto, quando se analisa o caso do Amapá, constata-se que as comunidades locais acumulam os danos provocados por essas usinas e são obrigadas a conviver com os significados ocidentais atribuídos à mitigação e compensação.

As usinas hidrelétricas, nesse contexto, não negam seu projeto civilizatório baseado em uma modernidade colonial e capitalista e, a julgar pelas ações que empreendem, reforçam que, depois que obtêm o direito legal de utilizar os recursos naturais para seus interesses, ocultam, o quanto for possível, os direitos das comunidades atingidas.

O uso dos recursos naturais pelas UHEs e a espoliação inerente a essa exploração são legitimados por intermédio de práticas que envolvem as relações de poder distribuídas em uma rede de arranjos políticos e jurídicos. Nesse contexto, os interesses dos agentes poluidores são mantidos, ao mesmo tempo em que reforçam imposições excludentes de acesso da comunidade ao uso simbólico e material do rio Araguari.

As populações ribeirinhas construíram o seu modo de vida ao longo de gerações, adaptando-se à natureza, procurando o equilíbrio com o seu ambiente e procurando conservar os recursos naturais que as sustentam. Conhecem a dinâmica dos rios e a floresta através de observações detalhadas que construíram conhecimentos acumulados e transmitidos por gerações e sendo representação da herança dos povos originários. O capitalismo nessa região manifesta-se primeiro, materialmente, através da construção de grandes obras como barragens que perturbam o fluxo de água e sedimentos, bloqueiam a migração dos peixes, destruindo assim o equilíbrio e, conseqüentemente, destruindo a relação habilmente estabelecida pelas populações tradicionais com o seu ambiente durante séculos. Além disso, o capitalismo nega o valor do conhecimento transmitido sobre o ambiente, a sua dinâmica, a sua fragilidade e os recursos que fornece, alterando os ciclos naturais e poluindo o ambiente. O capitalismo empurra as novas gerações a entrar num sistema mercantil, para comprar alimentos que não podem mais produzir, a alienar-se, perdendo o conhecimento que os seus antepassados desenvolveram.

Nessa conjuntura, a luta consolidada e permanente continua a representar uma possibilidade de emancipação diante da capacidade destrutiva do projeto colonial que as hidrelétricas representam. O uso sustentável dos recursos e um ambiente ecologicamente equilibrado não estão associados à ocultação de danos ao meio ambiente nem a um aumento das desigualdades sociais. A perspectiva aqui é desconstruir um paradigma moderno que associa o conceito mitigação e compensação à mera conotação burocrática para atender aos acordos geopolíticos sobre a utilização dos recursos naturais. É necessário insurgências quanto aos riscos que o Estado e os atores privados assumem ao implantar empreendimentos historicamente excludentes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Inventário Araguari. Estudos de Inventário hidrelétrico da Bacia hidrográfica do rio Araguari Estado do Amapá. Relatório final. Convênio s/n DNAEE, de 16 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas do Brasil S.A; Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá. Relatório final, 1999.

ARQUIVO NACIONAL. Síntese informativa dos principais projetos desenvolvidos pela Eletronorte. Serviço Nacional de Informações. Documento arquivado no Sistema Nacional de Informações sob a tipologia Confidencial, memorando nº 590/02/CH/GAB/SNI 85, 1985.

BRASIL. Lei nº 2.740, de 02 de março de 1956. Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1956. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/12740.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília, DF: MME/EPE, 2009.

_____. Plano Decenal de Expansão de Energia 2019. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília, DF: MME/EPE, 2010.

_____. Plano Decenal de Expansão de Energia 2020. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília, DF: MME/EPE, 2011.

CORRÊA, Katrícia Milena Almeida. A formação do complexo hidrelétrico no rio Araguari: impactos no ordenamento territorial de Ferreira Gomes. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

ECOTUMUCUMAQUE. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Aproveitamento hidrelétrico Cachoeira Caldeirão. Informações gerais sobre o empreendimento. Macapá, 2011.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. (Colección Sur Sur).

FEARNSIDE, Philip M. Impactos sociais da hidrelétrica de Tucuruí. 1999. DOI: 10.1007/s002679900248. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FERNANDES, Lais da Rocha. A floresta nacional do Amapá e região do alto e médio rio Araguari: do conflito sobre o acesso aos recursos naturais à busca por uma estratégia conciliadora. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Ambientais) – Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

FERREIRA GOMES (AP). Plano Diretor Participativo do Município de Ferreira Gomes. Diagnóstico das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades Municipais: Propostas e Ações. Amapá, 2013.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO AMAPÁ (IMAP). Laudo Ambiental de Vistoria nº 01/2015 NAQ/CCA/CF/DTMA/DIPRE/IMAP. Macapá: IMAP, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ (IEPA). Laboratório de Manejo Florestal e Agricultura Familiar – LAMAF. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. Núcleo de Biodiversidade, Macapá, 2020.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. *In: ZHOURI, Andréa (org.). As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LIMA, Laís Melo *et al.* Transformações no médio Rio Araguari, no Amapá: contribuições ao debate sobre conflitos na pesca artesanal. *Brazilian Journal of Development, Curitiba*, v. 7, n. 2, p. 12475-12491, fev. 2021.

LOBATO, Marília Gabriela Silva. Mitigação e compensação na reprodução de um padrão colonial: o contexto dos discursos, planos e danos das hidrelétricas no rio Araguari, Amapá. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu*, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. Ação Civil Pública (ACP). Procedimento administrativo nº 8886-91/2015. [Mortandade de peixes no rio Araguari – jusante do reservatório da UHE Ferreira Gomes]. Macapá: MPAP, 2016.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. Violência e Estado de Exceção na Amazônia Brasileira: um estudo sobre a implantação da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu (PA). 2017. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul.* 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Adriano Castelo dos *et al.* Caracterização da atividade extrativa vegetal na comunidade São Tomé, Ferreira Gomes, Amapá, Brasil. *Biota Amazônia, Macapá*, v. 5, n. 4, p. 42-47, 2015.

SILVA, Elielson Borges da; ALVES, Charles Soares; PORTILHO, José Clemilson dos Santos. Diagnóstico Participativo de Saneamento Básico na comunidade rural do Baixo Rio Araguari, Município de Ferreira Gomes-Amapá, Brasil. *Biota Amazônia, Macapá*, v. 6, n. 2, p. 17-23, 2016.

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; MARINHO, Vicka de Nazaré Magalhães. Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidroelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes-Amazônia-Brasil). *Rev. NERA.*, ano 21, n. 42, p. 186-201, Presidente Prudente, 2018.